



DIVULGAÇÃO DE
RESULTADOS
2022

1. Relatório da Administração

Uberlândia, 21 de março de 2023. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários.

2. Demonstrações Financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	98.308	14.144	100.254	14.152
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	117.206	36.427	117.791	36.427
Clientes	7	27.067	6.039	27.294	6.207
Estoques	8	17.784	7.994	17.784	7.994
Tributos a recuperar	9	11.083	4.954	11.183	4.988
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.006	188	2.006	188
Adiantamentos		-	18.234	-	18.234
Outros créditos		10.981	4.901	9.251	3.328
Total do circulante		284.435	92.881	285.563	91.518
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Clientes	7	2.412	2.412	3.103	3.099
Cauções de depósitos vinculados	20	135	126	135	126
Créditos tributários	10	8.800	2.615	8.800	2.615
Instrumentos financeiros derivativos	26	208	-	208	-
Adiantamentos para aquisição de novos ativos	29	85.117	-	85.117	-
Outros créditos		373	-	393	-
		97.045	5.153	97.756	5.840
Investimento	12	24.355	12.621	-	-
Imobilizado	13	1.090.428	324.315	1.123.773	338.774
Intangível	14	50.094	24.661	50.094	24.662
Total do não circulante		1.261.922	366.750	1.271.623	369.276
Total do ativo		1.546.357	459.631	1.557.186	460.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	45.927	40.505	46.808	41.302
Empréstimos e financiamentos	16	117.281	386	117.750	386
Debêntures	17	8.761	5.346	10.085	5.346
Arrendamentos operacionais	18	5.019	2.076	5.019	2.076
Impostos e contribuições sociais	19	4.792	5.034	5.170	5.101
Adiantamento de clientes		1.099	754	1.099	754
Folha de pagamento		4.912	1.624	4.912	1.624
Instrumentos financeiros derivativos	26	47.134	-	47.134	-
Benefícios a empregados	27	8	5	8	5
Outros passivos		41.367	3.314	38.137	1.530
Total do circulante		276.300	59.044	276.122	58.124
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	6.176	6.733
Empréstimos e financiamentos	16	397.274	24.713	400.090	24.713
Debêntures	17	229.690	229.417	237.029	229.417
Arrendamentos operacionais	18	41.951	22.448	41.951	22.448
Impostos e contribuições sociais	19	786	103	786	103
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	1.342	622	1.342	622
Provisão para perda no investimento	12	5.727	5.053	-	-
Provisão para desmobilização		14.931	8.599	15.338	9.006
Benefícios a empregados	27	18	10	18	10
Total do não circulante		691.719	290.965	702.730	293.052
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	592.634	110.634	592.634	110.634
Reserva de capital		147	170	147	170
Prejuízos acumulados		(14.438)	(1.181)	(14.438)	(1.181)
Outros Resultados Abrangentes	21.3	(5)	(1)	(5)	(1)
		578.338	109.622	578.338	109.622
Participação de acionistas não controladores		-	-	(4)	(4)
Total do patrimônio líquido		578.338	109.622	578.334	109.618
Total do passivo e patrimônio líquido		1.546.357	459.631	1.557.186	460.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	22	135.061	84.176	86.867	47.852
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	23	(96.175)	(56.182)	(45.459)	(19.392)
Lucro bruto		38.886	27.994	41.408	28.460
Despesas gerais e administrativas	23	(27.513)	(14.035)	(28.527)	(14.910)
Outras receitas/despesas		(639)	1.540	(612)	1.540
Equivalência patrimonial	12	31	(427)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		10.765	15.072	12.269	15.090
Receitas financeiras	24	37.759	4.322	37.936	4.365
Despesas financeiras	24	(67.966)	(15.877)	(69.052)	(15.904)
Despesas financeiras líquidas		(30.207)	(11.555)	(31.116)	(11.539)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(19.442)	3.517	(18.847)	3.551
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	(2.259)	(595)	(2.294)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	6.185	1.745	6.185	1.745
Lucro (prejuízo) do exercício		(13.257)	3.003	(13.257)	3.002
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Acionistas da controladora		(13.257)	3.003	(13.257)	3.003
Acionistas não controladores		-	-	-	(1)
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	25	(77,94)	71,19	(77,94)	162,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício		(13.257)	3.003	(13.257)	3.002
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes	21.3	(4)	32	(4)	32
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(13.261)	3.035	(13.261)	3.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020		50.634	89	(4.184)	(33)	46.506	(3)	46.503
Aumento de capital conforme RCA do dia 10 de março de 2020	21.1	60.000	-	-	-	60.000	-	60.000
Programa de remuneração variável (ILP)		-	81	-	-	81	-	81
Lucro Líquido do exercício		-	-	3.003	-	3.003	(1)	3.002
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos	21.3	-	-	-	32	32	-	32
Saldos em 31 de dezembro de 2021		110.634	170	(1.181)	(1)	109.622	(4)	109.618
Aumento de capital conforme AGE do dia 28 de janeiro de 2022	21.1	482.000	-	-	-	482.000	-	482.000
Transações com investimentos		-	(100)	-	-	(100)	-	(100)
Programa de remuneração variável (ILP)		-	77	-	-	77	-	77
Prejuízo do exercício		-	-	(13.257)	-	(13.257)	-	(13.257)
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos	21.3	-	-	-	(4)	(4)	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		592.634	147	(14.438)	(5)	578.338	(4)	578.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	22	50.177	88.491	50.177	52.228
Receitas de venda de produtos e mercadorias	22	142.160	215	94.365	215
Outras receitas			1.540	30	1.540
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	23	(703)	(337)	(703)	(337)
		191.634	89.909	143.869	53.646
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais e serviços de terceiros		(90.722)	(50.346)	(37.027)	(13.745)
Outros custos operacionais		(5.311)	(2.481)	(7.911)	(2.774)
		(96.033)	(52.827)	(44.938)	(16.519)
Valor adicionado bruto		95.601	37.082	98.931	37.127
Depreciação e amortização	23	(12.948)	(6.604)	(14.121)	(6.774)
		82.653	30.478	84.810	30.353
Valor adicionado líquido produzido					
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial		31	(427)	-	-
Receitas financeiras	24	39.614	4.322	39.791	4.365
		39.645	3.895	39.791	4.365
Valor adicionado total a distribuir		122.298	34.373	124.601	34.718
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		14.643	8.863	14.866	9.085
Benefícios		-	1.047	-	1.047
FGTS		-	539	-	539
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		2.694	4.867	3.682	4.963
Estaduais		-	-	-	-
Municipais		75	177	81	177
Remuneração de capital de terceiros					
Juros	24	118.143	15.877	119.229	15.904
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízos acumulados		(13.257)	3.003	(13.257)	3.002
Participação dos acionistas não controladores nos lucros		-	-	-	1
		122.298	34.373	124.601	34.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A - Consolidado BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2022 (Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2022			2021		
Receita líquida (RL)	86.867			47.852		
Resultado operacional (RO)	(18.847)			3.551		
Folha de pagamento bruta (FPB)	10.574			8.108		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	691	6,54%	0,80%	558	6,88%	1,17%
Encargos sociais compulsórios	3.948	37,33%	4,54%	3.865	47,67%	8,08%
Previdência privada	155	0,00%	0,18%	124	1,53%	0,26%
Saúde	590	5,58%	0,68%	194	2,39%	0,41%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	12	0,12%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	-	0,00%	0,00%	3	0,04%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	(2.252)	0,00%	-2,59%	1.036	12,78%	2,17%
Outros	187	0,00%	0%	168	2,07%	0,35%
Total - Indicadores sociais internos	3.331	49,56%	3,83%	5.948	73,36%	12,43%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	207	-1,10%	0,24%	0	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	98	-0,52%	0,11%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	305	-1,62%	0,35%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	(192)	1,02%	-0,22%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	113	-0,60%	0,13%	0	0,00%	0,00%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.159	10,96%	1,33%	376	2,94%	0,79%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.159	10,96%	1,33%	376	2,94%	0,79%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Nº de empregados(as) ao final do período	144			89		
Nº de admissões durante o período	83			38		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	-			167		
Nº de estagiários(as)	10			10		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	20			21		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	53			33		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38,46%			3,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	131			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	84,62%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			Metas 2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8,76			8,76		
Número total de acidentes de trabalho	0			1		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 124.601			Em 2021: 34.718		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	3% governo 12% colaboradores(as) 0% acionistas 96% terceiros -11% retido			15% governo 31% colaboradores(as) 0% acionistas 46% terceiros 9% retido		
7 - Outras Informações	2022			2021		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos	-			-		
7.1.1 - Investimento da União	-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética	-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	0			890		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	0			890		

Notas Explicativas

Alsol Energias Renováveis S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Alsol Energias Renováveis S/A (“Companhia ou Alsol”), sociedade anônima de capital fechado, possui sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, tem como principais atividades empresariais a atuação no setor de energias renováveis com destaque para o segmento de energia solar fotovoltaica com a elaboração dos projetos, instalação completa do sistema e conexão à rede elétrica no Brasil. A Companhia nos últimos anos intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação, como também a participação no capital de outras empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Conselho de Administração em 21 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 26.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva

realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Clientes;
- II. Nota explicativa nº 10 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- III. Nota explicativa nº 13 - Imobilizado;
- IV. Nota explicativa nº 14 - Intangível;
- V. Nota explicativa nº 20 - Provisões para riscos trabalhistas e cíveis; e
- VI. Nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- VII. Nota explicativa nº 27 - Benefício pós-emprego

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Principais políticas contábeis

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- b) **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de

dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv)

como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Clientes - nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - nota explicativa nº 26.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e suas controladas para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2022, compreendem empréstimos, financiamentos, saldos a pagar, arrendamentos operacionais, fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraidos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraidos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço

patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da operação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 26, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c) **Clientes** - referem-se a aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas fotovoltaico e prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento no setor energético, sendo reconhecidos quando da realização dos serviços e valores faturados. A provisão para

perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d) **Estoques** - a Companhia e suas controladas avaliam seus estoques de materiais e equipamentos, conforme estabelecido no CPC 16 - Estoques - procedendo o registro pelo menor montante entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Uma provisão para redução ao valor recuperável é reconhecida sempre que valor realizável líquido for menor do que o valor contábil em montante considerado relevante;
- e) **Investimentos** - o investimento em controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base o patrimônio líquido da investida na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- f) **Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos.

A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações:

- i. se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e
- ii. se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a

entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócio.

- g) Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Desmobilização dos ativos fotovoltaicos:

Considerando que os parques eólicos possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

- h) Intangível** - os ativos intangíveis compreendem o direito de uso e os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas;
- i) Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2022 e 2021, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- j) **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);
- k) **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetivas;
- l) **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- **Ativos de direito de uso:** os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos

passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

m) Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia e suas controladas;

n) Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

o) Benefícios pós-emprego - a Companhia e suas controladas oferecem aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário na modalidade de contribuição definida e assistência médico-hospitalar. No Plano de Previdência na modalidade Contribuição Definida, Plano CD, a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido; e

- p) **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- q) **Receita operacional** - As receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes.

Quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços pode ser estimada de forma confiável, a Companhia reconhece a receita associada com a transação por referência ao estágio de execução da transação ao final do período de referência (chamado algumas vezes como o método de percentagem completada). O resultado de transação pode ser avaliado de forma confiável quando todas as condições a seguir são satisfeitas:

- O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Companhia;
- O estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;
- Os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

Quando o resultado da transação envolvendo a prestação de serviços não pode ser estimado de forma confiável, a Companhia reconhece a receita apenas na medida das despesas reconhecidas que são recuperáveis.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

- r) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulante** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- s) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a NBCTG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

- (i) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

- (ii) **Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retorno variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente a participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional.

A seguir apresenta-se o quadro de participação acionária da Companhia em suas controladas:

Controladas	Sede	Objeto social	Participação acionária	
			2022	2021
Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda ⁽¹⁾	Uberlândia - MG	Compra e a venda de equipamentos relativos à geração e processamento de energias renováveis, a prestação de serviços de consultoria e de pesquisa e desenvolvimento na área de engenharia, além da operação, manutenção, aluguel e arrendamento de equipamentos relativos a geração e processamento de energias renováveis.	99,90%	99,90%
URB Energisa Limpa Ltda ⁽²⁾	Uberlândia - MG	Locação da usina fotovoltaica.	100,00%	100,00%
Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	Capitão Enéas - MG	Desenvolvimento, implantação e exploração de usina solar de 1 MWP (Mega-Watt Pico)	100,00%	-
Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	Francisco Sá - MG	Implantação, desenvolvimento e exploração de uma usina solar de 2,5 (dois vírgula cinco) MW (mega - watt pico), na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada	100,00%	-
Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	Uberlândia - MG	Prestação de serviços de engenharia	100,00%	-
Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	Uberlândia - MG	Prestação de serviços de engenharia	100,00%	-
Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	Uberlândia - MG	Prestação de serviços de engenharia e construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	100,00%	-

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

5. Informações por segmentos

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de energias renováveis e sua demonstração de resultado reflete essas atividades, com atuação operacional em:

- Segmento de sistemas fotovoltaicos que abrange os materiais e equipamentos fornecidos para instalação das usinas solares; e
- Segmento de locação do sistema fotovoltaico que abrange o aluguel de painéis solares para a geração de energia renovável.

6. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 91,4% do CDI (84,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	2.222	2.349	2.854	2.357
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Operações compromissadas	96.086	11.795	97.400	11.795
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	98.308	14.144	100.254	14.152

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, operações compromissadas, CCB's, LF, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 99,2% do CDI (116,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	9.904	8.299	10.489	8.299
Operações Compromissadas		-		-
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	61	284	61	284
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾				

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	492	21	492	21
Compromissada	2.698	-	2.698	-
Fundo Multimercado	10.541	-	10.541	-
Fundo de Renda Fixa	56.230	-	56.230	-
Letra financeira (LFT)	1.474	390	1.474	390
Letra financeira (LFNP)	954	6.919	954	6.919
Letra financeira (LF)	17.645	10.342	17.645	10.342
Letra financeira (LFP)	-	3.695	-	3.695
Letra financeira (LFS)	-	47	-	47
Letra financeira (LTN)	1.238	738	1.238	738
Nota do tesouro nacional (NTNB)	14.249	5.304	14.249	5.304
Nota do tesouro nacional (NTNF)	1.720	388	1.720	388
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾ - circulante	117.206	36.427	117.791	36.427

⁽¹⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados a 96,3% a 96,3% e média ponderada 96,3% do CDI (92,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

⁽²⁾ Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, LFT, LFNP, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 108,1% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 101,2% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 102,6% do (117,3% em 2021) CDI Fundo Zona da Mata e 98,1% (127,8% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Cataguases.

⁽³⁾ Inclui R\$10.508 (R\$8.583 em 2021) referente a recursos de garantias comerciais dos contratos de projetos de P&D cujo fluxo financeiro referem-se aos próximos 12 meses.

7. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber com partes relacionadas	19.420	166	19.420	166
Contas a receber de demais clientes	6.145	5.334	7.349	6.474
Serviços não faturados ⁽¹⁾	4.949	3.288	4.949	3.288
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(1.035)	(337)	(1.321)	(622)
Total	29.479	8.451	30.397	9.306
Circulante	27.067	6.039	27.294	6.207
Não Circulante	2.412	2.412	3.103	3.099

⁽¹⁾ O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por competência dos valores de prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, apurados na data do balanço, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

a) Segue demonstração do saldo dos clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	27.977	7.380	28.895	8.235
Vencidos entre 0 e 60 dias	136	541	136	541
Vencidos entre 61 e 180 dias	331	193	331	193
Vencidos a mais de 180 dias	1.035	337	1.035	337
Total -	29.479	8.451	30.397	9.306

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

b) Segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial - 2021 e 2020	(337)	(255)	(622)	(285)
Adições	(698)	(82)	(699)	(337)
Saldo final - 2022 e 2021	<u>(1.035)</u>	<u>(337)</u>	<u>(1.321)</u>	<u>(622)</u>

8. Estoques

Os estoques de material de almoxarifado são utilizados na operação e manutenção das usinas fotovoltaicas e prestação dos serviços.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Estoque de material de almoxarifado	17.784	7.994	17.784	7.994
Total - circulante	<u>17.784</u>	<u>7.994</u>	<u>17.784</u>	<u>7.994</u>

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	410	506	410	506
Contribuições ao PIS e a COFINS	69	-	110	26
Imposto sobre produtos industrializados - IPI ⁽¹⁾	-	458	-	458
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	9.663	3.135	9.701	3.140
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL ⁽²⁾	504	785	508	788
Outros	437	70	454	70
Total - circulante	<u>11.083</u>	<u>4.954</u>	<u>11.183</u>	<u>4.988</u>

⁽¹⁾ O crédito referente ao IPI decorre das aquisições de materiais para revenda (módulos, inversores, cabos, etc.). No entender dos consultores tributários da Companhia são legítimos e podem ser compensados com outros tributos federais já que a Companhia é tributada pelo IPI nas saídas de mercadorias a alíquota zero.

⁽²⁾ Referem-se a créditos de tributos a recuperar de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Prejuízos fiscais	8.843	-	8.843	-
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	3.186	-	3.186	-
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	13.352	1.923	13.352	1.923
Contribuição social	4.807	692	4.807	692
Subtotal	30.188	2.615	30.188	2.615
Passivo				
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	15.726	-	15.726	-
Contribuição social	5.662	-	5.662	-
Subtotal	21.388	-	21.388	-
Total líquido ativo não circulante	8.800	2.615	8.800	2.615

As diferenças temporárias são como seguem:

	2022			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	35.377	8.843	35.377	8.843
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	35.411	3.186	35.411	3.186
Provisões para riscos, trabalhistas, cíveis e fiscais	1.342	456	1.342	456
Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	1.035	352	1.035	352
Provisão para perda de ICMS	5.791	1.969	5.791	1.969
Outras provisões	167	57	167	57
Marcação a mercado - derivativos	44.920	15.273	44.920	15.273
Instrumentos financeiros - empréstimos	(12.797)	(4.351)	(12.797)	(4.351)
Provisão IRPJ e CSSL s/ Encargos Capitalizados	(50.109)	(17.037)	(50.109)	(17.037)
Outras adições temporárias	153	52	153	52
Total ativo não circulante	61.290	8.800	61.290	8.800

	2021			
	Controladora		Consolidado	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Provisões para riscos, trabalhistas, cíveis e fiscais	622	211	622	211
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa - PECLD	337	115	337	115
Provisão para perda de ICMS	5.791	1.969	5.791	1.969
Outras adições temporárias	941	320	941	320
Total ativo não circulante	7.691	2.615	7.691	2.615

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realizações de créditos fiscais
2023	2.453
2024	7.296
2025	4.233
2026	1.249
2027	1.571
2028 a 2029	4.392
2030 a 2032	8.994
Total	30.188

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(19.442)	3.517	(18.847)	3.551
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	6.610	(1.196)	6.408	(1.207)
Itens permanentes:				
Adições e exclusões permanentes	(436)	1.109	(435)	1.109
Resultado de equivalência patrimonial	11	(427)	-	-
Créditos tributários não constituídos no exercício	-	-	(508)	-
Efeito do regime tributário - lucro presumido	-	-	117	-
Outros	-	-	8	(451)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽¹⁾	6.185	(514)	5.590	(549)
Alíquota efetiva	31,81%	14,61%	29,66%	15,46%

⁽¹⁾ No exercício a Companhia reconheceu R\$12.029 de créditos tributários referentes a prejuízos fiscais e bases negativas.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (89,66% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A ⁽¹⁾ ;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar
Controladas diretas da Rede Energisa Participações S/A		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A;	MULTI ENERGISA	Serviços
· Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	QMRA	Holding
· QMRA Participações S/A.	CTCE	Comercialização de energia
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding

· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A;	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviço

(1) Energisa Minas Rio - Distribuição de Energia S/A ("EMR") (nova denominação social da Energisa Minas Gerais - Distribuição de Energia S/A ("EMG")), que incorporou em 30 de novembro de 2022 a Companhia Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF").

Controladora:

	Serviços Prestados	Serviços Contratados	Clientes	Saldos a receber (outros créditos)	Saldos a pagar (Fornecedores)	Receita a apropriar ⁽³⁾
ESA ⁽¹⁾	-	(1.049)	-	-	(414)	-
ESE	173	-	-	-	-	-
EBO	-	-	-	-	-	-
EPB	-	-	-	-	-	-
ETO	524	-	1.525	-	-	-
EMT	-	-	3.552	-	-	-
EMS	-	-	296	-	-	-
ESS	-	-	4.596	-	-	-
ERO	-	-	-	-	-	-
ESOL ^(3 e 4)	-	(19.513)	-	-	(6.050)	-
ESOLC ⁽⁴⁾	-	(125)	-	-	-	-
MULTI ⁽⁵⁾	-	(546)	-	-	(88)	-
LARALSOL ⁽⁶⁾	-	-	-	2.475	-	1.539
ALGAR ⁽⁷⁾	3.300	-	80	-	-	-
2022	3.997	(21.233)	10.049	2.475	(6.552)	1.539
2021	5.110	(679)	166	2.241	(407)	1.539

(1) Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. O contrato de compartilhamento foi firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 02 de maio de 2020 com vencimento em 30 de abril de 2024 referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado.

(2) Refere-se a serviços de execução de projetos de P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.

(3) Refere-se a contratos de serviços de manutenção preditiva, corretiva e preventiva por demanda para UFV Aurora.

(4) Refere-se a contatos de serviços de O&M Solar Vila Restauração.

(5) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI, com vencimento em fevereiro/2024. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários.

(6) Refere-se a operação de venda para entrega futura.

(7) Refere-se a transações de serviços prestados são operacionais.

Controladora:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾	
	2022	2021
URB	535	26
RENESOLAR	50	-
FLWSOLAR	572	-
CARBOSOLAR	222	-
	1.379	26

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na controladora na rubrica investimentos.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração Anual ⁽¹⁾	2.736	1.757	2.736	1.757
Remuneração da Diretoria	2.113	1.934	2.113	1.934
Outros Benefícios ⁽²⁾	648	591	648	591

⁽¹⁾ O limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2022 foi aprovado na AGE de 30 de abril de 2022.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$69 e R\$13 (R\$65 e R\$12 em 2021) no consolidado. A remuneração média mensal no exercício foi de R\$42 (R\$39 em 2021) no consolidado.

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

Este plano, oferecido aos executivos, tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ⁽¹⁾	2º programa ⁽¹⁾	3º programa	4º programa	5º programa
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	1.739	1.377	1.223	3.164	6.147
Opções de ações prescritas	-	1.377	1.223	-	-
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data do início <i>vesting</i>	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2021	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025
Volatilidade ⁽²⁾	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$ 43,69	R\$ 37,19	R\$ 34,95
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante do 1º programa foi de R\$61 representativo de 1.325 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário. O 2º programa as ações estavam em sua totalidade prescritas.

⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidos R\$77 (R\$81 em 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido é de R\$247 (R\$170 em 2021).

12. Investimentos

Participação em controladas:

	2022								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
LARALSOL ⁽¹⁾	1	1	99,90	5.202	9.649	(4.447)	(512)	(511)	-
URB	8.141	1.660	100	14.675	619	14.056	1.063	1.063	14.056

REENERGISA I	3.801	3.801	100	7.102	3.323	3.779	(73)	(73)	3.779
REENERGISA II	7.104	2.000	100	15.305	8.803	6.502	536	536	6.502
RENESOLAR ⁽¹⁾	52	52	100	-	8	(8)	(57)	(57)	-
FLAWSOLAR ⁽¹⁾	329	329	100	-	116	(116)	(670)	(670)	-
CARBONSOLAR ⁽¹⁾	171	171	100	-	39	(39)	(257)	(257)	-
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Total								31	24.355

	2021								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
LARALSOL ⁽¹⁾	1.000	999	99,90	5.393	9.328	(3.935)	(706)	(706)	-
URB	8.116	8.116	100,00	8.329	929	7.400	394	279	12.621
Total								(427)	12.621

⁽¹⁾ **Provisão para perda de investimentos** - a Companhia está obrigada por força do controle a assumir os passivos de sua controlada em decorrência de seus resultados. No exercício de 2022 tais passivos estavam estimados em R\$5.727 (R\$5.053 em 2021), que inclui parcela de lucros não realizado, sendo R\$5.564 (R\$5.053 em 2021) da Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda, R\$8 Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, R\$116 Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e R\$39 Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldos em 2021	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Ganho/(Perda) aquisição de ações	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2022
LARALSOL	-	-	-	-	(511)	-
URB	12.603	535	-	(145)	1.063	14.056
REENERGISA I	-	3.852	-	-	(73)	3.779
REENERGISA II	-	6.066	(100)	-	536	6.502
RENESOLAR	-	49	-	-	(57)	-
FLAWSOLAR	-	554	-	-	(670)	-
CARBONSOLAR	-	218	-	-	(257)	-
Ágio	18	-	-	-	-	18
Total	12.621	11.274	(100)	(145)	31	24.355

Aquisição de Empresa de Geração Distribuída Fotovoltaica

Em 28 de janeiro de 2022 a Companhia celebrou com a Vision Sistemas Ltda, contrato de Compra e Venda e Subscrição de Participações Societárias e outras Avenças (“Contrato”), por meio do qual se tornou titular de quotas ou ações, conforme o caso, equivalentes a 100% do capital social das seguintes sociedades: SPE Vision Solar I Ltda, Vision Francisco Sá SPE S/A, Vision Itaobim SPE S/A, UFV Vision IV Curvelo S/A, SPE Vision V Almenara Ltda, UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda, SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda, Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda (“Sociedades”).

As Sociedades atuam no ramo de geração distribuída fotovoltaica no Estado de Minas Gerais, detendo, conforme o caso, unidades de geração fotovoltaica em operação, em construção e em desenvolvimento. Com a efetivação da Operação, a Companhia passará a ser responsável pela operação de até 41 unidades de geração distribuída por fonte solar, que, ao final dos aportes e obras de reforço necessários à implementação dos projetos, poderão adicionar até 136 MWp ao portfólio da Companhia.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia em contrapartida das participações societárias das Sociedades por ela adquiridas será de até R\$75.608, na data base de 30 de setembro de 2021, sujeito à correção pela variação do CDI e a ajustes positivos ou negativos decorrentes, dentre outros, de variação do endividamento líquido e do capital de giro entre a data base e a data de fechamento, bem como outros ajustes, nos termos do Contrato.

Em 30 de março de 2022 ocorreu a aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 8 de abril de 2022 foi finalizada aquisição das sociedades que detém os projetos de unidades de geração fotovoltaica em desenvolvimento, quais sejam, Renesolar Engenharia Elétrica Ltda, Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda e Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda, com investimento de R\$20.240.

Em 06 de maio de 2022, foi concluída a aquisição de mais duas unidades de geração fotovoltaica operacionais, quais sejam, SPE Vision Solar I Ltda. e Vision Francisco Sá SPE S/A. Assim, a Companhia acrescentou ao seu portfólio 2 unidades, já em operação, de geração distribuída por fonte solar, com potência de 5,0 MWp, tendo sido investido o valor de R\$25.784, considerando um saldo de earn-out de R\$372 e valor desembolsado de R\$25.412.

A denominação social das sociedades SPE Vision Solar I Ltda e Vision Francisco Sá SPE S/A foi alterada respectivamente para Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda e Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A, conforme arquivamento na junta comercial em 09 de junho de 2022 e 21 de junho de 2022, respectivamente.

A consumação das demais operações objeto do Contrato, relativas aos outros grupos de sociedades (tal qual divulgado anteriormente, Vision Itaobim SPE S.A., UFV Vision IV Curvelo S.A., SPE Vision V Almenara Ltda., UFV Vision VI Arcos 2,5 MW SPE Ltda., SPE UFV Vision VII Mateus Leme 2,4 MW Ltda. e Vision VIII Iguatama 2,4 MW SPE Ltda.) permanece condicionada à verificação de determinadas condições precedentes aplicáveis especificamente às referidas sociedades.

Período de mensuração do *Purchase Price Allocation* (PPA):

A Administração da Companhia efetuou a mensuração do valor justo do ativo de contrato e imobilizado para alocação do preço de aquisição da Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda e Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “*Business Combination*” na data da aquisição.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, na data da combinação de negócios, são como segue:

	REENERGISA I	REENERGISA II
Valor justo dos ativos adquiridos	4.826	8.361
% de participação	100%	100%
Valor da participação	4.826	8.361
Valor de aquisição	7.314	18.470
Resultado auferido na combinação ne negócios	(2.488)	(10.109)

A contabilização da aquisição realizada em 11 de fevereiro de 2022 foi mensurada pelo valor justo na data da transação, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “*Business Combination*”.

Segue as informações financeiras da Reenergisa I e Reenergisa II, na data da aquisição:

	REENERGISA I	REENERGISA II
Caixa e equivalente de caixa	1.356	684
Clientes	1.119	2.800
Tributos a recuperar	4	10
Outros ativos circulantes	51	167
Imobilizado	5.927	14.185
Fornecedores	5	9
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.576	-
Debentures	-	9.263
Outros passivos	50	213

13. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Controladora						
Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferência em curso	Depreciação	Saldos em 2022
Em Serviço						
Edificações e benfeitorias	10,00%	19	-	1.287	-	1.306
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	10,00%	195.980	7.563	168.320	-	371.863
Veículos	20,00%	470	918	-	-	1.388
Móveis e utensílios	10,00%	341	14	-	-	355
Total em Serviço		196.810	8.495	169.607	-	374.912
Depreciação acumulada						
Edificações e benfeitorias		(10)	-	-	(33)	(43)
Máquinas e equipamentos		(7.049)	-	-	(9.918)	(16.967)
Veículos		(364)	-	-	(112)	(476)
Móveis e utensílios		(102)	-	-	(40)	(142)
Total Depreciação		(7.525)	-	-	(10.103)	(17.628)
Subtotal		189.285	8.495	169.607	(10.103)	357.284
Em curso ⁽²⁾		135.030	767.721	(169.607)	-	733.144
Total		324.315	776.216	-	(10.103)	1.090.428

Controladora							
Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferência em curso	Baixa	Depreciação	Saldos em 2021
Em Serviço							
Edificações e benfeitorias	9,52%	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	7,41%	62.736	8.868	124.376	-	-	195.980
Veículos	17,26%	482	-	-	(12)	-	470
Móveis e utensílios	7,05%	308	33	-	-	-	341
Total em Serviço		63.545	8.901	124.376	(12)	-	196.810
Depreciação acumulada							
Edificações e benfeitorias		(8)	-	-	-	(2)	(10)
Máquinas e equipamentos		(1.631)	-	-	-	(5.418)	(7.049)
Veículos		(307)	-	-	-	(57)	(364)
Móveis e utensílios		(78)	-	-	-	(24)	(102)
Total Depreciação		(2.024)	-	-	-	(5.501)	(7.525)
Subtotal		61.521	8.901	124.376	(12)	(5.501)	189.285
Em curso ⁽²⁾		61.113	198.293	(124.376)	-	-	135.030
Total		122.634	207.194	-	(12)	(5.501)	324.315

Consolidado								
Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2021	Combinação de negócios ⁽⁵⁾	Adição	Transferência em curso	Baixa	Depreciação ⁽⁴⁾	Saldos em 2022
Em serviço								
Edificações e benfeitorias	10,00%	19	-	-	1.287	-	-	1.306
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	10,00%	211.475	20.946	7.563	168.320	(461)	-	407.843
Veículos	20,00%	470	-	918	-	-	-	1.388
Móveis e utensílios	10,00%	341	2	14	-	-	-	357
Total em Serviço		212.305	20.948	8.495	169.607	(461)	-	410.894
Depreciação acumulada								
Edificações e benfeitorias		(10)	-	-	-	-	(34)	(44)
Máquinas e equipamentos		(8.137)	(836)	-	-	-	(11.123)	(20.096)
Veículos		(364)	-	-	-	-	(113)	(477)
Móveis e utensílios		(102)	-	-	-	-	(40)	(142)
Total Depreciação		(8.613)	(836)	-	-	-	(11.310)	(20.759)
Subtotal		203.692	20.112	8.495	169.607	(461)	(11.310)	390.135
Em curso ⁽²⁾		135.082	-	768.163	(169.607)	-	-	733.638
Total		338.774	20.112	776.658	-	(461)	(11.310)	1.123.773

Consolidado							
Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2020	Adição ⁽³⁾	Transferência em curso	Baixa	Depreciação ⁽⁴⁾	Saldos em 2021
Em serviço							
Edificações e benfeitorias	9,52%	19	-	-	-	-	19
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	7,41%	65.430	21.669	124.376	-	-	211.475
Veículos	17,26%	482	-	-	(12)	-	470
Móveis e utensílios	7,05%	308	33	-	-	-	341
Total em Serviço		66.239	21.702	124.376	(12)	-	212.305
Depreciação acumulada							
Edificações e benfeitorias		(8)	-	-	-	(2)	(10)
Máquinas e equipamentos		(2.444)	-	-	-	(5.693)	(8.137)
Veículos		(307)	-	-	-	(57)	(364)
Móveis e utensílios		(78)	-	-	-	(24)	(102)
Total Depreciação		(2.837)	-	-	-	(5.776)	(8.613)
Subtotal		63.402	21.702	124.376	(12)	(5.776)	203.692
Em curso ⁽²⁾		61.164	198.294	(124.376)	-	-	135.082
Total		124.566	219.996	-	(12)	(5.776)	338.774

⁽¹⁾ Inclui R\$14.931 (R\$8.599 em 2021) na controladora e R\$15.338 (R\$9.006 em 2021) no consolidado, deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

⁽²⁾ O imobilizado em curso é composto essencialmente por usinas que estão em construção para fins de geração de energia fotovoltaica.

⁽³⁾ Inclui R\$5.203 em 2021 de mais valia dos ativos de máquinas e equipamentos adquiridos em combinação de negócio.

⁽⁴⁾ A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS/COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$34 (R\$59 em 2021).

⁽⁵⁾ Vide nota explicativa n° 12.

14. Intangível - controladora e consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Intangível	50.094	24.661	50.094	24.662
Intangível - Controlada			2022	2021
Intangível - direito de uso			44.675	23.380
Intangível - software			5.419	1.281
Total			50.094	24.661

14.1 Intangível - Direito de uso - Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Amortização	Saldos em 2022
Direito de Uso - Terrenos					
Custo	4,15%	24.819	23.294	-	48.113
Amortização Acumulada		(1.439)	-	(1.999)	(3.438)
Total		23.380	23.294	(1.999)	44.675

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Saldos em 2021
Direito de Uso - Terrenos					
Custo	5,54%	14.824	9.995	-	24.819
Amortização Acumulada		(455)	-	(984)	(1.439)
Total		14.369	9.995	(984)	23.380

14.2 Intangível - Software - Controladora

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2022
Em Serviço						
Software	15,00%	1.901	3.716	1.275	-	6.892
Amortização Acumulada		(620)	-	-	(853)	(1.473)
Em curso		-	1.275	(1.275)	-	-
Total		1.281	4.991	-	(853)	5.419

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Saldos em 2021
Em Serviço					
Software	12,85%	1.767	134	-	1.901
Amortização Acumulada		(501)	-	(119)	(620)
Total		1.266	134	(119)	1.281

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Equipamentos importação imobilizado ⁽¹⁾	13.295	29.858	13.295	29.858
Matérias ⁽²⁾	21.929	9.699	21.929	9.699
Serviços ⁽³⁾	10.703	948	17.760	8.478
Total	45.927	40.505	52.984	48.035
Circulante	45.927	40.505	46.808	41.302
Não circulante	-	-	6.176	6.733

(1) Refere-se aquisição de equipamentos junto a fornecedores internacionais para construção dos projetos UFV -Usinas Fotovoltaicas,

(2) Refere-se à aquisição de materiais, necessários à execução dos projetos desenvolvido. O prazo médio de liquidação destes passivos é de 19 dias.

(3) Refere-se à contratação de serviços relacionados a montagem e manutenção das usinas fotovoltaicas.

16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora						
	Saldo em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2022
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pré Fixado	12.550	-	(139)	(580)	555	-	12.386
Pós Fixado							
IPCA	12.721	-	(148)	(926)	1.665	-	13.312
(-) Custo com captação	(172)	-	-	-	20	-	(152)
Total ao custo amortizado	25.099	-	(287)	(1.506)	2.240	-	25.546
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	509.901	-	(4.265)	(5.075)	-	500.561
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(11.552)	(11.552)
Total ao valor justo	-	509.901	-	(4.265)	(5.075)	(11.552)	489.009
Total	25.099	509.901	(287)	(5.771)	(2.835)	(11.552)	514.555
Circulante	386						117.281
Não circulante	24.713						397.274

	Controladora			
	Captação	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado				
Moeda Nacional				
Pré Fixado		12.500	50	-
Pós Fixado				
IPCA		12.500	221	-
(-) Custo com captação		-	3	(175)
Total ao custo amortizado		25.000	274	(175)
Circulante				386
Não circulante				24.713

	Consolidado							
	Saldo em 2021	Captação	Combinação de Negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldo em 2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	12.550	-	-	(139)	(580)	555	-	12.386
Pós Fixado								
IPCA	12.721	-	-	(148)	(926)	1.665	-	13.312
Selic	-	-	3.576	(296)	(398)	403	-	3.285
(-) Custo com captação	(172)	-	-	-	-	20	-	(152)
Total ao custo amortizado	25.099	-	3.576	(583)	(1.904)	2.643	-	28.831
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	-	509.901	-	-	(4.265)	(5.075)	-	500.561
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(11.552)	(11.552)
Total ao valor justo	-	509.901	-	-	(4.265)	(5.075)	(11.552)	489.009
Total	25.099	509.901	3.576	(583)	(6.169)	(2.432)	(11.552)	517.840
Circulante	386							117.750
Não circulante	24.713							400.090

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) ⁽¹⁾	Garantias ⁽²⁾
	2022	2021					
ALSOL							
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO A	12.386	12.550	PRÉ + 4.55% a.a.	out/37	Mensal a partir de nov/22	4,55%	A + R
BNDES - 21.9.0069 -2 SUBCREDITO B	13.312	12.721	IPCA + 3.28% a.a. + 3.51% a.a.	out/37	Mensal a partir de nov/22	12,57%	A + R
(-) Custo com captação	(152)	(172)					
Total em Moeda Nacional	25.546	25.099					
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 02022022 ⁽³⁾	389.893	-	USD + 1.89% a.a.	fev/24	Final	4,61%	A
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 28122022 ⁽³⁾	110.668	-	USD + 4.88% a.a.	Dez/2023	Final	1,62%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(11.552)	-					
Total em Moeda Estrangeira	489.009	-					
Total ALSOL	514.555	25.099					
REENERGISA I							
CCB BDMG nº 287851/20	3.285	-	Selic + 5.00% a.a.	abr/30	Mensal a partir de jun/22	17,46%	A
Total em Moeda Nacional	3.285	-					
Total	3.285	-					
Em Moeda Nacional	28.831	25.099					
Em Moeda Estrangeira	489.009	-					
ALSOL Consolidada	517.840	25.099					

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 26;

(2) A = Aval Energisa S.A. e R = Recebíveis.

(3) Os empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(4) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 26).

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2022	2021
US\$ X R\$	-6,50%	7,39%
CDI	12,46%	4,42%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,46%	4,38%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	375.218	375.662
2025	1.719	2.163
2026	1.719	2.163
2027	1.719	2.163
Após 2027	16.899	17.939

Total

397.274

400.090

17. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado				
CDI	235.619	(28.597)	32.012	239.034
Marcação a mercado	-	-	-	-
(-) Custo com captação	(856)	-	273	(583)
Total ao custo amortizado	234.763	(28.597)	32.285	238.451
Circulante	5.346			8.761
Não circulante	229.417			229.690

	Controladora					
	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo amortizado- pós fixado						
CDI	100.711	130.000	(8.131)	13.039	-	235.619
(-) Custo com captação	(294)	-	-	237	(799)	(856)
Total ao custo amortizado	100.417	130.000	(8.131)	13.276	(799)	234.763
Circulante	634					5.346
Não circulante	99.783					229.417

	Consolidado					
	Saldos em 2021	Combinação de negócios	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado						
CDI	235.619	-	-	(28.597)	32.012	239.034
IPCA	-	9.263	(795)	(379)	574	8.663
(-) Custo com captação	(856)	-	-	-	273	(583)
Total ao custo amortizado	234.763	9.263	(795)	(28.976)	32.859	247.114
Circulante	5.346					10.085
Não circulante	229.417					237.029

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantia ⁽¹⁾
	2022	2021							
ALSOL									
Debentures 1ª Emissão	103.214	102.001	23/10/2019	100000 / 100000	CDI + 1.20% a.a.	out/24	Final	13,59%	A
Debentures 1ª Emissão	135.820	133.618	15/03/2021	130000 / 130000	CDI + 2.35% a.a.	mar/25	Final	14,74%	A
(-) Custo com captação	(583)	(856)							
Total ALSOL	238.451	234.763							
REENERGISA II									
Debentures 1ª Emissão	8.663	-	03/06/2020	8.990 / 8.990	IPCA + 6.54% a.a.	abr/28	Mensal a partir de jun/22	12,32%	A

Total REENERGISA II	8.663	-
Total em moeda nacional	247.114	234.763
ALSOL Consolidada	247.114	234.763

(1) A - Aval Energisa S/A

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

Em 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2024	99.739	101.433
2025	129.951	131.644
2026	-	1.694
2027	-	1.694
Após 2027	-	564
Total	229.690	237.029

18. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2021	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2022
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	8,89%	24.524	23.294	(2.765)	1.917	46.970
Total			24.524	23.294	(2.765)	1.917	46.970
Circulante			2.076				5.019
Não circulante			22.448				41.951

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2020	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2021
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	8,89%	14.378	9.995	(1.331)	1.482	24.524
Total			14.378	9.995	(1.331)	1.482	24.524
Circulante			3.419				2.076
Não circulante			10.959				22.448

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2022
2024	5.019
2025	5.019
2026	5.019
2027	5.019
2028	5.019
Após 2028	16.856
Total	41.951

19. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto Sobre Serviços - ISS	369	153	370	153
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recolher	-	1.194	112	1.217
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL a recolher	419	437	467	451
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	675	1	676	1
Encargos sociais	658	103	670	103
Contribuições ao PIS e a COFINS	3.069	2.789	3.242	2.806
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	388	239	419	236
INSS retido na fonte	-	103	-	118
Outros	-	118	-	119
Total	5.578	5.137	5.956	5.204
Circulante	4.792	5.034	5.170	5.101
Não Circulante	786	103	786	103

20. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista e cível.

Perdas Prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões prováveis:

Controladora e Consolidado					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2022	2021
Saldos em 2021 e 2020	606	16	-	622	768
Provisão contingências	146	22	492	660	-
Reversões de provisões	-	-	-	-	(187)
Atualização	59	1	-	60	41
Saldos em 2022 e 2021	811	39	492	1.342	622
Depósitos e cauções vinculados ⁽¹⁾				(135)	(126)

(1) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$135 (R\$126 em 2021), vinculados a processos prováveis

• Trabalhistas

A Companhia possui processos de natureza trabalhistas em andamento, envolvendo em sua grande maioria discussões sobre horas extras/periculosidade, cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como provável, não requerendo a constituição de provisão para perdas.

• Cíveis

A Companhia possui processo de natureza cível em andamento, envolvendo cliente pleiteando reembolso referente rescisão de contrato por inexecução contratual.

Perdas Possíveis - Consolidados:

A Companhia possui processos de natureza cível cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos com prognóstico de perda possível.

	Trabalhistas	Cíveis	2022	2021
Saldo em 2020 e 2019	240	29	269	-
Novos processos	-	-	-	247
Mudança de prognóstico e valor pedido	-	167	-	-
Encerramento de processos	-	-	-	-
Atualização monetária	14	2	16	22
Saldo em 2021 e 2020	87	31	118	269

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$592.634 (R\$110.634 em 2021) e está representado por 224.602 (42.281 em 2021) ações, sendo 224.502 (42.161 em 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 100 (100 em 2021) ações preferenciais.

Em 28 de janeiro de 2022, os acionistas da Companhia, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, aumento do capital social no montante de R\$482.000 correspondendo 182.321 ações ordinárias. O aporte de capital foi realizado em moeda corrente nacional pelos acionistas Energisa S/A no montante de R\$432.338 e Algar S/A Empreendimentos e Participações no montante de R\$49.662, com emissão de 163.536 e 18.785 novas ações ordinárias, respectivamente.

21.2 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não apurou lucros para a distribuição de dividendos.

21.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2022:

	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	(1)	(33)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(6)	48
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	2	(16)
Saldo em 2022 e 2021	(5)	(1)

22. Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta				
Venda de produtos e mercadorias	7.419	215	61.160	215
Locação de equipamentos e prestação de serviços	134.741	88.491	33.205	52.228
Receita operacional bruta	142.160	88.706	94.365	52.443
Deduções à receita operacional				
ISS	75	177	81	177
PIS	1.253	775	1.323	786
COFINS	5.771	3.578	6.094	3.628
Total das deduções à receita operacional	7.099	4.530	7.498	4.591
Receita operacional líquida	135.061	84.176	86.867	47.852

23. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Controladora				
Natureza do Gasto	Custo da Mercadoria Vendida e Serviço Prestado	Despesas Operacionais	Total	
	De operação	Gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal e administradores	3.522	11.121	14.643	10.449
Material	699	397	1.096	627
Serviços de terceiros	78.577	9.183	87.760	49.720
Depreciação e amortização	11.917	1.031	12.948	6.604
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	660	660	(187)
Provisões para perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa	703	-	703	337
Outras	757	5.121	5.878	2.667
Total	96.175	27.513	123.688	70.217

Consolidado				
Natureza do Gasto	Custo da Mercadoria Vendida e Serviço Prestado	Despesas Operacionais	Total	
	De operação	Gerais e administrativas	2022	2021
Pessoal e administradores	3.522	11.344	14.866	10.671
Material	700	397	1.097	627
Serviços de terceiros	24.120	9.897	34.017	13.120
Depreciação e amortização	13.489	632	14.121	6.774
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	660	660	(187)
Provisões para perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa	699	-	699	337
Outras	2.929	5.597	8.526	2.960
Total	45.459	28.527	73.986	34.302

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de aplicações financeiras	39.332	4.495	39.432	4.495
Descontos obtidos	-	171	-	171
Juros Selic s/ impostos a recuperar	153	-	153	-
Tributos s/ receita financeira	(1.855)	(164)	(1.855)	(166)
Outras receitas financeiras	129	(180)	206	(135)
Total receita financeira	37.759	4.322	37.936	4.365
Encargos de dívidas	(33.740)	(12.977)	(34.717)	(12.977)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	4.290	-	4.290	-
Marcação a mercado de dívidas	11.552	-	11.552	-
Marcação a mercado de derivativos	(11.408)	-	(11.408)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(85.864)	-	(85.864)	-
(-) Transferência para ordens em curso	50.177	-	50.177	-
Comissões e despesas bancárias	(596)	(83)	(628)	(84)
Arrendamentos operacionais	(1.917)	(1.482)	(1.917)	(1.482)
Amortização custos empréstimo	-	(541)	-	(541)
Outras despesas financeiras	(460)	(794)	(537)	(820)
Total despesa financeira	(67.966)	(15.877)	(69.052)	(15.904)
Despesas financeiras líquidas	(30.207)	(11.555)	(31.116)	(11.539)

25. Prejuízo (lucro) por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	Controladora	
	2022	2021
Prejuízo (lucro) do exercício atribuível aos acionistas controladores	(13.257)	3.003
Média ponderada das ações	170	38
Prejuízo (lucro) básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	(77,98)	78,59

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativos	Nível	Controladora				Consolidado			
		2022		2021		2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado									
Caixa e equivalente de caixa		98.308	98.308	14.144	14.144	100.254	100.254	14.152	14.152
Clientes		29.479	29.479	8.451	8.451	30.397	30.397	9.306	9.306
Adiantamento a fornecedores		-	-	18.234	18.234	-	-	18.234	18.234
		127.787	127.787	40.829	40.829	130.651	130.651	41.692	41.692
Valor justo por meio do resultado									
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	117.206	117.206	36.427	36.427	117.791	117.791	36.427	36.427
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.214	2.214	188	188	2.214	2.214	188	188
		119.420	119.420	36.615	36.615	120.005	120.005	36.615	36.615

Passivos	Nível	Controladora				Consolidado			
		2022		2021		2022		2021	
		Contábil	Valor justo						
Custo amortizado									
Fornecedores		45.927	45.927	40.505	40.505	52.984	52.984	48.035	48.035
Empréstimos, financiamentos e debêntures		753.006	752.656	259.862	259.637	764.954	764.471	259.862	259.637
		798.933	798.583	300.367	300.142	817.938	817.455	307.897	307.672
Valor justo por meio do resultado									
Instrumentos financeiros derivativos	2	47.134	47.134	-	-	47.134	47.134	-	-

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2022 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “*Fair Value Option*” foi impactado em R\$11.552 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e de suas controladas. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da controladora Energisa S/A) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este

trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Dívida ⁽¹⁾	764.954	259.862
Caixa e equivalentes de caixa	(100.254)	(14.152)
Dívida líquida	664.700	245.710
Patrimônio líquido ⁽²⁾	578.338	109.622
Índice de endividamento líquido	1,15	2,24

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

⁽²⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Controladora					Total
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		45.927	-	-	-	-	45.927
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,21%	12.622	17.886	166.816	139.744	30.789	367.857
Instrumentos Financeiros Derivativos		28.961	16.167	(208)	-	-	44.920
Total		87.510	34.053	166.608	139.744	30.789	458.704

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Consolidado					Total
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		46.808	-	-	-	6.176	52.984
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,21%	12.622	17.886	166.816	139.744	30.789	367.857
Instrumentos Financeiros Derivativos		28.961	16.167	(208)	-	-	44.920
Total		88.391	34.053	166.608	139.744	36.965	465.761

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber de clientes relativos às transações de venda de sistema fotovoltaico, prestação de serviços e locação, sendo esse risco administrado através de rigoroso processo de análise da carteira de clientes.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	98.308	14.144	100.254	14.152
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	117.206	36.427	117.791	36.427
Clientes	7	29.479	8.451	30.397	9.306
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.214	188	2.214	188

c) Risco da taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com queda de 6,50% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,2177/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2022 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 16,00%.

Em 2022 a companhia contratou *Non Deliverable Forward* (NDFs) para se proteger contra a exposição ao Dólar, devido a aquisição de equipamentos. Os valores aparecem discriminados abaixo:

Operação	Contratação			Vencimento
	Ativo	Notional (USD)	Valor fixo da operação	
Bofa x Alsol	USD @ 5,2565	54	284	20/01/2023
Bofa x Alsol	USD @ 5,242	2.094	10.975	27/01/2023

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	74.035	USD + 2,22%	CDI + 1,34%	02/02/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	21.200	USD + 5.745%	CDI + 1,15%	28/12/2023	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Controladora					
Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	509.901	25.116	Moeda Estrangeira	(488.968)	-
Swap Cambial (Derivativo)	509.901	25.116	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	488.968	24.919
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(534.021)	(24.731)
			Posição Líquida Swap	(45.053)	188
			Posição Líquida Dívida + Swap	(534.021)	188

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2022 e 2021 foram apurados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos e em função de não ter passivos indexados à taxa de juros variável, a sua oscilação não deteriora o resultado da Companhia.

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2022, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(509.901)		(428.932)	(530.931)	(632.931)
Varição Dívida Swap Cambial			80.969	(21.031)	(123.030)
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	488.968		418.539	523.173	627.808
Varição - USD e LIBOR		Alta US\$	70.429	(34.206)	(138.840)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(534.021)		(545.168)	(545.168)	(545.168)
Varição - Taxa de Juros CDI			11.147	11.147	11.147

Subtotal	(45.053)	(126.629)	(21.995)	82.640
Total Líquido	(554.954)	(555.561)	(552.926)	(550.291)

(¹) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para o exercício findo em 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$555.561, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R\$552.926 e R\$550.291 respectivamente

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (¹)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	215.191	Alta CDI	26.361	32.951	39.541
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(545.168)	Alta CDI	(66.783)	(83.479)	(100.175)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(239.034)	Alta CDI	(29.282)	(36.603)	(43.923)
	(21.975)	Alta IPCA	(1.270)	(1.588)	(1.905)
	(3.285)	Alta SELIC	(402)	(503)	(603)
Subtotal (²)	(809.462)		(97.737)	(122.173)	(146.606)
Total - (Perdas)	(594.271)		(71.376)	(89.222)	(107.065)

(¹) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2023 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2022, IPCA 5,78% de 31 de dezembro 2022.

(²) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$43.773.

27. Benefícios pós emprego

27.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora do plano de benefício previdenciário aos seus empregados, Plano Energisa CD, na modalidade contribuição definida puro, e têm seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Os planos nessa modalidade não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33 (R1). A administração do plano é realizada pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência. Em 31 de dezembro de 2022 o plano possui 6 (5 em 2021) participantes ativos.

27.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- **Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado
- **Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2022 é de R\$26 (R\$15 em 2021), tendo sido apurado no exercício um aumento/redução de R\$11 (R\$34 em 2021) dos quais R\$4 (R\$11 em 2021) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego - despesa de pessoal, R\$2 (R\$3 em 2021) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de R\$5 (R\$48 em 2021) referente a ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$586 (R\$183 em 2021). Inclui R\$4 (R\$11 em 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

	2022	2021
Valor presente das obrigações no início do exercício	15	49
Custo do serviço corrente	4	11
Custos dos juros	2	3
(Ganhos) / Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	5	(48)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	26	15
Circulante	8	5
Não circulante	18	10

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2023, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

Descrição	2023
Custo do serviço corrente	5
Custos dos juros	3
Total de despesa a ser reconhecida	8

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2022		2021	
	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA	UNIMED NACIONAL	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	6,26%	6,26%	5,31%	5,31%
Expectativa Real de Inflação Futura	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,57%	11,57%	10,05%	10,05%
Taxa de Crescimento de Benefícios	5,00%	5,00%	4,50%	4,50%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	Nulo	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-SEM 2015 por sexo	BR-SEM 2015 por sexo	BR-SEM 2015 por sexo	BR-SEM 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (frac)	LIGHT (frac)	LIGHT (frac)	LIGHT (frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário

28. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2022	2021
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	-	1
Riscos Nomeados	13/02/2024	215.300	255	-
Riscos Operacionais	11/09/2023	80.000	1.046	468
Responsabilidade Civil Geral	24/01/2024	10.000	14	11
Auto - Frota	23/10/2023	Até 1.110/ veículo	114	32
Vida em Grupo Acidentes Pessoais	31/01/2024	15.130	44	35
Transporte Nacional	04/04/2023	Até 5.000/ viagem	23	12
Risco de engenharia + Responsabilidade Civil Obras	05/08/2023	32.366	586	175
Total			2.082	734

29. Adiantamentos para aquisição de novos ativos

No exercício de 2022 foram efetuados adiantamentos de R\$85.117 para aquisição de ativos da Vision Sistemas Ltda com a finalidade de conclusão das obras dos parques fotovoltaicos que ainda se encontram sob controle daquela empresa, conforme determinado no contrato de compra e venda assinado entre a Companhia e a Vision. Do montante de adiantamento cerca de R\$13.206. que está relacionado ao earn-out, será liquidado de

acordo com as condições precedentes do contrato, que se encontra contabilizado no passivo circulante - Outros passivos.

30. Compromissos

Locação de áreas para a implantação de usinas

A Companhia detém diversos contratos de arrendamento de áreas para a construção/instalação de usinas solares fotovoltaicas cujos prazos médios de locação são de 25 anos, sendo que os pagamentos desses contratos são feitos em periodicidades mensais ou anuais, a depender de cada negociação. Esses contratos têm validade apenas após a emissão pela concessionária de energia com viabilidade técnica e econômica para construção das usinas.

	Locação de áreas para a implantação de usinas						
	Vigência	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Prazo médio
Alsol Energias Renováveis S/A	2023 a 2051	17.364	17.349	17.349	17.349	348.042	25 anos

31. Meio ambiente (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Setor voltado para Pesquisa e Desenvolvimento, dirigido por Engenheiro Elétrico com PHD em Semicondutores de Potência, no qual desenvolve projetos de geração de energia em estudos provenientes de fontes solar e de biomassa, podendo esses serem híbridos. Esses empreendimentos são realizados com todos os cuidados ambientais necessários, alinhados a um desenvolvimento sustentável, que fazem parte da história e consciência da Companhia. Os estudos de viabilidade técnica são voltados para implantação de fontes renováveis de energia solar e de biomassa.
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001, Portaria 3.214/78 do TEM, que regula todas as NRs e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança.
3. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para correta destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS e legislações pertinentes.
4. Programa ligado ao setor de P&D da Companhia denominado Alsolcial, no qual é desenvolvido projetos de cooperação nacional e internacional, de capacitação e geração de renda, parceria público-privadas e iniciativas que buscam unir a inovação tecnológica ao desenvolvimento econômico e social.
5. Em todos os seus projetos, requer licenças ambientais e demais autorizações, como Autorização para Supressão Vegetal, Outorga de Água ou eventual anuência de algum órgão específico decorrente do projeto a ser realizado, como Marinha do Brasil no projeto de UFV Flutuante. Como a legislação para licenciamento ambiental varia conforme localização e porte do empreendimento, a Companhia conta com serviços terceirizados de consultoria ambiental, a depender das particularidades de cada empreendimento, sendo verificado os seguintes critérios: locacional; tipo de atividade (maioria das vezes Usina Solar Fotovoltaica);

porte (parâmetro medido em potência, exemplo: MW); potencial poluidor (parâmetro seguido de acordo com a legislação, que combina porte e tipo de atividade, e é classificado em Pequeno, Médio ou Grande).

6. A Companhia atua na prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas fotovoltaicos. Todas as atividades de nossas equipes são realizadas respeitando-se as políticas e normas contidas no SGMASS, bem como procedimentos e normas internas de nossos clientes, voltadas para o meio ambiente, saúde e segurança.
7. Possui internamente um Engenheiro Ambiental especializado que analise previamente e oriente a disposição ou destinação dos resíduos, sendo que, assim como as licenças, todos os projetos realizados são encaminhados para uma consultoria ambiental externa que orienta e realiza a gestão junto aos órgãos licenciadores para obtenção de autorização para viabilidade de empreendimentos de energia próprios e de terceiros, alinhados com a sustentabilidade e mitigação de possíveis impactos ambientais provenientes das atividades desenvolvidas.

No exercício em 2022, os montantes investidos nos projetos acima descritos e práticas totalizaram R\$1.159 (R\$376 em 2021).

(*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2022 e 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia e do consolidado, são como seguem:

	2022	2021
Atividades operacionais		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	22.446	24.820
Atividades de investimentos		
Intangível - CPC 06 (R2)	22.446	24.820
Combinação de negócios - REENERGISA I e REENERGISA II		
Clientes	3.919	-
Tributos a recuperar	14	-
Outros ativos circulantes	218	-
Imobilizado	20.112	-
Fornecedores	14	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.576	-
Debentures	9.263	-
Outros passivos	263	-

33. Eventos subsequentes

33.1 Aumento de capital

Em 16 de janeiro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital social no montante de R\$250.999 a ser subscrito e integralizado em duas tranches nos seguintes valores e datas: (i) R\$181.000 foi subscrito integralizado em 15 de fevereiro de 2023 (“1ª Tranche”) e (ii) R\$69.999 a ser subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 (“2ª Tranche”). Os aportes de capital, a serem subscritos e integralizados pelos acionistas da Companhia, respeitado o direito de preferência nos termos do artigo 171 da Lei das S.A., poderão ser integralizados com créditos líquidos, certos e exigíveis que os acionistas tenham contra a Companhia.

33.2 Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

33.3 Empréstimo contratado

Em 28 de dezembro de 2022 a Companhia, contratou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a importância de R\$700.000, tendo ocorrido a primeira liberação em 13 de fevereiro de 2023 de R\$350.000, sendo R\$310.000 com remuneração de IPCA + 5,23% ao ano e R\$40.000 com remuneração de 2,52% ao ano, com vencimento em 15 de janeiro de 2039. As demais parcelas serão liberadas a medida da aplicação dos créditos utilizados para implantação das usinas fotovoltaicas (“UFVs”), na modalidade de geração distribuída, nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com capacidade instalada total de aproximadamente 144 MW.